Resolva seu problema com um toque de humor

A IA resumiu o contrato. O contrato discorda.

Como comparar resumos de IA com o documento original e identificar exceções omitidas



Max Paradox

A IA resumiu o contrato. O contrato discorda.

Como comparar resumos de IA com o documento original e identificar exceções omitidas

Max Paradox

Rozwiąż swój problem z przymrużeniem oka

ISBN: 9788384906361

ALL-IN Rafał Płonkowski



ÍNDICE

INTRO 5

Capítulo 1 - O resumo parece excelente. Por que isso ainda não prova nada? 11

Capítulo 2 - Onde a exceção desaparece: anatomia de uma omissão inocente..... 20

Capítulo 3 - A IA não mente? Conheça os erros que parecem verdades..... 30

Capítulo 4 - Mais texto significa mais certeza? As armadilhas de uma análise aparentemente detalhada 39

Capítulo 5 - Primeiro, organize o documento. A IA não tem bola de cristal para encontrar anexos 50

Capítulo 6 - Não faça perguntas à IA de um jeito que a obrigue a concordar com você 60

Capítulo 7 - Verifiquei três pontos, então o resto também deve estar certo. Infelizmente, não necessariamente 71

Capítulo 8 - O contrato passou pelas mãos de cinco pessoas. Cada uma achou que outra já o tinha conferido 81

Capítulo 9 - Toda afirmação importante precisa ter um endereço. O método de comparação entre a IA e o contrato 92

Capítulo 10 - Coloque o contrato à prova em situações difíceis antes que a vida faça isso..... 102

Capítulo 11 - O mapa das exceções: como encontrar condições escondidas entre as cláusulas..... 113

Capítulo 12 - Da análise à decisão. Como preparar uma conclusão que ninguém precise adivinhar 123

Capítulo 13 - Dois contratos, uma decisão. Como comparar propostas sem misturar alhos com cláusulas.....134

Capítulo 14 - Corrija o resumo, não o contrato. Como preparar uma versão de trabalho segura 144

Capítulo 15 - Quando o documento contradiz a si mesmo: problemas sem respostas fáceis 155

Capítulo 16 - Você tem quinze minutos e quarenta páginas. Como verificar um contrato sob pressão?.....166

Capítulo 17 - Quando a IA não dá conta e o contrato não quer colaborar 176

Capítulo 18 - Uma boa análise não termina depois da assinatura. Como manter o controle sobre os acordos.....186

Capítulo 19 - Sinais de alerta que não vale a pena ignorar. Como reconhecer a volta dos velhos erros 196

Capítulo 20 - A decisão é sua. A IA pode segurar a lanterna, mas não assina o contrato..... 207

INTRO

Imagine que você recebe um contrato de trinta e sete páginas. Trinta e sete páginas escritas numa linguagem que aparentemente surgiu durante um concurso para criar a frase mais longa possível sem usar um único ponto final. Você precisa ler, entender e, de preferência, ainda tomar uma decisão sensata. O prazo? Ontem, é claro. Então você abre uma ferramenta de inteligência artificial, envia o documento e escreve: “Resuma as cláusulas mais importantes em linguagem simples”.

Poucos segundos depois, recebe um resumo elegante. O valor da remuneração está correto. O prazo de vigência também. As condições de rescisão parecem razoáveis. As responsabilidades das partes foram apresentadas em três tópicos claros. Tudo está tão fácil de entender que, por um instante, você se pergunta por que os advogados insistem em escrever contratos tão longos. Afinal, alguns parágrafos e um pouco de boa vontade deveriam ser suficientes.

Satisfeito, você deixa o documento de lado. A IA fez o trabalho. Você recuperou meia hora da sua vida, que agora pode dedicar a algo mais agradável, como responder a mensagens marcadas como “urgentes”, embora tratem apenas da cor do título de uma apresentação.

O problema aparece depois.

Você descobre que o contrato realmente pode ser rescindido com um mês de antecedência, mas somente após o término do primeiro período de vigência. A responsabilidade do prestador de serviços é limitada, exceto quando ocorre uma das várias situações descritas na página seguinte. A remuneração cobre um determinado conjunto de

atividades, com exceção daquelas relacionadas em um anexo que, aparentemente, a IA não considerou digno de atenção.

O resumo não precisava conter uma mentira explícita. Bastava apresentar uma verdade incompleta. E uma verdade incompleta, quando o assunto envolve contratos, pode custar muito mais do que meia hora adicional de leitura.

Bem-vindo ao mundo em que a inteligência artificial consegue explicar brilhantemente o que está escrito em um documento e, às vezes, com o mesmo brilhantismo, deixar de mencionar justamente o trecho que muda o significado da história inteira.

Quando um resumo curto cria um problema enorme

A maior vantagem dos resumos produzidos por IA também é sua maior armadilha: a simplificação. Quando você pede uma versão curta de um documento extenso, o sistema precisa decidir quais informações preservar, quais reunir e quais deixar de fora. Sem isso, não existiria resumo. Existiria um segundo contrato, apenas escrito com outra fonte.

O detalhe é que nem todas as informações têm a mesma importância. Uma frase que descreve uma regra geral pode ocupar meia página, enquanto a exceção que praticamente inverte seu significado cabe em sete palavras. Para alguém prestes a tomar uma decisão, essas sete palavras podem ser a parte mais importante de todo o documento.

Vamos considerar um exemplo simples. Um contrato estabelece que o cliente pode cancelar um serviço sem custos adicionais. Parece ótimo. A IA registra essa informação no resumo, e não há nada de surpreendente nisso. Só que, mais adiante, o documento apresenta uma

condição: o cancelamento gratuito é permitido exclusivamente durante os primeiros quatorze dias após a assinatura do contrato. Depois desse prazo, passam a valer outras regras de cobrança.

Todas essas cláusulas podem estar corretamente redigidas. A IA também pode identificar corretamente a regra principal e, mesmo assim, produzir um resumo que leva a uma conclusão equivocada. O leitor recebe uma informação apresentada com segurança, mas que não é suficiente para tomar uma decisão segura.

É como se alguém resumisse o manual de funcionamento de um elevador dizendo: "O equipamento transporta pessoas entre os andares", omitindo a informação de que aquele elevador específico está interditado. Tecnicamente, a descrição da função está correta. Na prática, é melhor procurar as escadas.

Por que confiamos em um texto que parece organizado?

Um resumo bem elaborado transmite tranquilidade. Ele apresenta títulos, uma sequência lógica, tópicos fáceis de acompanhar e frases livres dos labirintos da linguagem jurídica. A pessoa enxerga aquela organização e instintivamente começa a acreditar que, por trás dela, existe também uma apresentação completa das informações.

Mas não necessariamente.

Um modelo de linguagem produz suas respostas a partir do conteúdo que processa e das instruções fornecidas pelo usuário. Isso, porém, não garante automaticamente que todas as informações relevantes para uma determinada decisão tenham sido preservadas. O sistema pode simplificar uma ressalva, reunir condições diferentes ou apresentar uma interpretação com tanta naturalidade que ela

deixa de parecer uma interpretação. Além disso, mesmo um resumo que inclui referências a trechos do documento precisa ser verificado. O simples número de uma página não comprova que a conclusão representa fielmente o significado integral da cláusula.

A situação se torna especialmente perigosa quando o resumo confirma exatamente aquilo que queríamos ouvir. Se esperamos encontrar uma maneira fácil de encerrar o contrato, aceitamos de bom grado qualquer frase que confirme essa possibilidade. Se queremos reduzir despesas, ficamos encantados ao ler que não existem cobranças adicionais. Nosso cérebro, nesse momento, não organiza uma comissão de investigação. Prefere abrir o champanhe, mesmo sem ter conferido se existe algum motivo para comemorar.

Isso não significa que a IA seja inútil. Muito pelo contrário. Ela pode acelerar a compreensão da estrutura de um documento, explicar formulações complicadas, identificar trechos que merecem atenção e ajudar a preparar perguntas antes da assinatura de um contrato. O problema começa quando uma ferramenta de apoio é promovida ao cargo de autoridade definitiva, enquanto o documento original passa a ser tratado como um anexo desnecessário do próprio resumo.

O documento é a fonte; o resumo é o mapa

Neste livro, você aprenderá a tratar a resposta da IA como um mapa, e não como o próprio território. Um mapa pode mostrar o caminho até uma cláusula importante. Pode ajudar a localizar áreas de risco e organizar relações complicadas entre diferentes disposições. Mas não substitui a verificação daquilo que realmente está escrito no contrato.

Isso não significa que, depois de cada resumo, você precise ler tudo, da primeira à última vírgula, com a expressão de quem está fiscalizando a declaração de imposto de renda do próprio gato. A ideia é comparar as informações de maneira consciente, especialmente aquelas que servirão de fundamento para alguma ação.

Você aprenderá a distinguir regras gerais de exceções, prestar atenção às condições que determinam quando determinados direitos e obrigações passam a valer e verificar se a IA deixou escapar prazos, limitações ou referências a outras cláusulas. Também descobrirá por que expressões como "exclusivamente", "a menos que", "ressalvado" ou "não se aplica" às vezes merecem mais atenção do que um resumo inteiro, por mais impressionante que ele pareça.

Vamos praticar uma maneira de formular perguntas que leve a IA não apenas a apresentar conclusões, mas também a indicar os trechos específicos que servem de fundamento para elas. Você conhecerá a diferença entre uma informação efetivamente encontrada no documento, uma interpretação dessa informação e uma afirmação que não foi possível confirmar. É uma habilidade útil tanto na análise de um contrato de prestação de serviços quanto na leitura dos termos de uso de uma plataforma, das condições de um pedido ou de um documento preparado por uma empresa com a qual você pretende negociar.

Não vamos fingir que toda dúvida pode ser resolvida com um prompt suficientemente esperto. Algumas cláusulas exigem análise jurídica, conhecimento do contexto ou avaliação de documentos que você ainda nem tem em mãos. Quando existem consequências financeiras ou jurídicas importantes, buscar a ajuda de um profissional

qualificado continua sendo uma decisão sensata. A IA pode ajudar você a se preparar para essa consulta, mas não deve substituir uma avaliação profissional.

A mudança mais importante, porém, será mais simples: você deixará de perguntar apenas "O que a IA disse sobre o contrato?" e começará a perguntar "Onde exatamente o contrato confirma isso e o que pode mudar o significado dessa afirmação?".

É uma pequena diferença na maneira de pensar, mas uma enorme diferença na qualidade da verificação. Você não precisa decorar o documento inteiro. Precisa saber localizar o trecho que sustenta sua conclusão e conferir se não existe, logo ao lado, uma exceção esperando pacientemente pela sua vez.

Porque, se a IA afirma que tudo é simples, vale a pena conferir se alguém também avisou o contrato.

Capítulo 1 - O resumo parece excelente. Por que isso ainda não prova nada?

Às 9h17, um gerente de projetos recebe uma mensagem de um fornecedor. Em anexo, há um contrato para a implantação de um novo sistema. O documento tem quarenta e duas páginas, inclui três anexos e foi elaborado por alguém que aparentemente considera o uso de vírgulas um sinal de fraqueza de caráter. O gerente tem uma reunião às dez horas e, por isso, pede à IA que resuma as condições mais importantes. Pouco depois, recebe uma resposta organizada. Escopo dos serviços, cronograma, remuneração, responsabilidades e rescisão. Cinco seções elegantes. Tudo parece profissional e, acima de tudo, compreensível. O sujeito começa a suspeitar que acaba de descobrir uma maneira de recuperar vários anos de vida.

Durante a reunião, ele informa tranquilamente à equipe que o fornecedor se comprometeu a resolver todas as falhas em até vinte e quatro horas. É o que consta no resumo. Os participantes concordam com a cabeça, alguém registra a informação e outra pessoa já começa a planejar o cronograma de trabalho com base nela. Somente uma semana depois fica claro que o contrato distingue três categorias de falhas e que o prazo de vinte e quatro horas se aplica exclusivamente ao início do atendimento de incidentes críticos. Para os demais chamados, existem outros tempos de resposta. Ninguém pretendia enganar ninguém. A IA simplesmente transformou várias regras diferentes em uma única regra extremamente atraente.

Essa cena é fictícia, mas ilustra um mecanismo bastante real. Um resumo pode conter a maioria das informações

importantes, estar escrito em português impecável e, ao mesmo tempo, não servir como fundamento independente para uma decisão. Ele nem sequer precisa apresentar uma afirmação completamente falsa. Basta eliminar uma distinção que determina quando determinada obrigação se aplica. O leitor passa a enxergar uma regra simples, embora o documento estabeleça uma regra condicionada a diversos fatores.

O aspecto mais complicado dessa situação é que um resumo bem apresentado não emite nenhum sinal de alerta. Ele não começa com a mensagem: "Atenção: abaixo você encontrará uma incerteza elegantemente formatada". Pelo contrário, transmite a impressão de ser o resultado definitivo de uma análise. Os títulos seguem uma lógica, a linguagem é objetiva e os tópicos formam uma narrativa coerente. Só que coerência narrativa e fidelidade ao documento são duas características diferentes. É perfeitamente possível ter a primeira sem a segunda.

Três coisas que é fácil confundir

Quando você observa o resumo de um contrato, normalmente avalia três elementos ao mesmo tempo, embora seja importante separá-los. O primeiro é a clareza. Você entende o que está escrito? O segundo é a credibilidade. A resposta parece sensata e profissional? O terceiro é a fidelidade à fonte. Todas as afirmações relevantes realmente decorrem do documento, considerando suas limitações e exceções?

A clareza pode ser avaliada quase imediatamente. A credibilidade costuma ser julgada com base no estilo, embora esse seja um critério pouco confiável. Já a fidelidade exige comparar a resposta com o material original. E é justamente esse terceiro elemento que mais facilmente

deixamos de lado, porque ele exige trabalho adicional. Afinal, usamos a IA precisamente para evitar esse trabalho. É um pouco como contratar alguém para verificar as fechaduras de casa e depois considerar o relatório bem organizado dessa pessoa uma prova suficiente de que as portas realmente estavam trancadas.

Vamos supor que o documento contenha a seguinte cláusula, inventada para este exemplo: "A contratada assegura a disponibilidade do serviço em 99,5% durante cada mês-calendário, excluídos os períodos de manutenção programada comunicados com a antecedência adequada e as interrupções decorrentes das circunstâncias previstas na cláusula 12". A IA responde: "O fornecedor garante disponibilidade do sistema de 99,5%".

À primeira vista, tudo parece correto. O percentual está certo, assim como o objeto da obrigação. Entretanto, desapareceram da resposta as exclusões que podem ter importância significativa na avaliação de um eventual descumprimento contratual. Além disso, o verbo "garante" pode sugerir uma promessa mais forte ou menos condicionada do que aquela que resulta da leitura integral do documento. Portanto, a simples semelhança entre as palavras não é suficiente para confirmar que o significado foi preservado.

Na prática, vale adotar uma regra simples: toda afirmação do resumo que você pretende utilizar para assinar alguma coisa, efetuar um pagamento, assumir um compromisso ou apresentar uma recusa deve ter uma base identificável no documento. Nem sempre essa base estará em uma única frase. Às vezes, a resposta resulta da leitura conjunta de várias cláusulas. O importante é conseguir identificar onde termina o conteúdo original e onde começa a interpretação.

Isso não significa que todas as informações precisem ser verificadas com o mesmo grau de detalhamento. Se o resumo apresenta o nome de uma das partes ou a data de assinatura do contrato, a conferência pode ser rápida. Por outro lado, se afirma que você pode encerrar a parceria sem sofrer consequências, será necessária uma verificação muito mais cuidadosa. Um erro no nome de um cargo pode ser irritante. Um erro nas condições de rescisão pode transformar uma segunda-feira tranquila em vários meses de troca de correspondências.

O que realmente significa “mais importante”?

A instrução “resuma as cláusulas mais importantes” parece razoável, mas esconde uma ambiguidade significativa. Mais importantes para quem? A pessoa responsável pelo orçamento prestará atenção à remuneração, aos custos adicionais e às regras de pagamento. Um gerente operacional procurará prazos, escopo dos serviços e responsabilidades por atrasos. Quem trabalha com segurança da informação terá interesse no acesso aos dados, nas limitações de uso e nas obrigações relacionadas a incidentes.

Todas essas pessoas podem analisar exatamente o mesmo documento e precisar de resumos diferentes. Se você não definir o objetivo, a IA terá de estabelecer por conta própria um critério de relevância. O resultado poderá ser útil, mas não necessariamente corresponderá à decisão que você realmente precisa tomar. O modelo não conhece automaticamente suas prioridades comerciais, os acordos anteriores nem as condições das quais você não pode abrir mão.

Imagine um contrato de locação de um espaço comercial destinado a escritórios. A IA apresenta o valor do aluguel, o

período de vigência, o depósito de garantia e as regras gerais de rescisão. A direção fica satisfeita porque os valores estão dentro do orçamento. Entretanto, para a equipe responsável por organizar a mudança, a cláusula decisiva é aquela que estabelece a data de entrega do imóvel e as condições que precisam ser cumpridas anteriormente. O documento pode determinar que essa data depende da conclusão de determinadas obras. Sem essa informação, a empresa programará a mudança para um dia que existe apenas no cronograma do seu próprio otimismo.

Por isso, antes mesmo de iniciar a análise, vale saber qual decisão o resumo deverá ajudar a tomar. Você está tentando compreender a natureza geral da parceria? Comparar duas propostas? Verificar a possibilidade de encerrar antecipadamente uma obrigação? Avaliar quais despesas podem surgir além do preço básico? A resposta modifica a maneira de ler o documento e também o tipo de informação que deve ser exigida da IA.

Para uma primeira avaliação, basta até mesmo uma anotação curta: “Meu principal interesse é identificar os custos totais, o prazo de encerramento e as situações em que a outra parte pode se recusar a prestar o serviço”. Dessa forma, o resumo deixa de ser uma coleção aleatória de tópicos selecionados segundo algum critério desconhecido. Ele ainda precisa ser conferido, mas pelo menos sabemos o que estamos procurando. Isso já representa uma melhoria significativa em relação à situação em que alguém pede “tudo o que for importante” e depois fica surpreso porque a máquina não adivinhou sua definição particular da palavra “importante”.

Uma primeira verificação sem reler tudo

Existe uma maneira útil de conferir rapidamente um resumo antes de dedicar tempo a uma análise detalhada. Escolha três afirmações que tenham o maior impacto sobre sua decisão. Não selecione aquelas que são mais fáceis de confirmar. Escolha as que poderiam gerar as consequências mais caras caso fossem interpretadas incorretamente.

Suponha que a IA tenha resumido um contrato de serviços de marketing da seguinte maneira: “O cliente pode encerrar a parceria mediante aviso prévio de um mês. A contratada é responsável pela entrega pontual dos materiais. A remuneração inclui todos os serviços indicados na proposta”. Cada uma dessas frases deve ser tratada como uma hipótese que precisa de confirmação. Onde está a cláusula sobre a rescisão? O aviso prévio de um mês é válido durante todo o período contratual? O que exatamente significa a responsabilidade pelo cumprimento dos prazos? A proposta é um anexo do contrato? Todos os serviços mencionados nela realmente estão incluídos no preço?

Essa breve conferência já pode revelar que o resumo não distingue informações expressamente registradas no contrato de conclusões obtidas pela combinação de várias cláusulas. Se você não consegue identificar a base documental de uma afirmação importante, isso não significa automaticamente que ela esteja errada. Significa que continua sem confirmação. E esse já é um motivo suficiente para não apresentá-la a outras pessoas como um fato estabelecido.

Você também pode pedir à IA que analise novamente os pontos selecionados, fornecendo referências exatas ao documento. Uma instrução útil seria: “Para cada uma das três afirmações indicadas, apresente o trecho original, o número da cláusula ou da página, as limitações aplicáveis e

informe se a conclusão decorre diretamente do texto ou se constitui uma interpretação. Caso não consiga confirmar alguma afirmação, indique isso expressamente".

Essa resposta não encerra a verificação. O número da página pode estar errado, a citação pode estar incompleta e a interpretação pode ir além do que o texto permite. Entretanto, ela ajuda a substituir uma impressão geral por informações verificáveis. Em vez de discutir se a IA "parece estar certa", você abre a cláusula correspondente e compara os significados.

Se estiver utilizando um sistema que não consegue apresentar referências confiáveis a páginas ou trechos, você pode procurar manualmente expressões características da resposta. Mais importante do que a sofisticação da ferramenta é preservar a ligação entre a conclusão e o documento. Também é necessário confirmar que a versão correta e completa do contrato foi utilizada na análise e que o envio do arquivo para a ferramenta escolhida respeita as regras de confidencialidade. Mesmo uma análise extraordinária do arquivo errado continua sendo uma análise do arquivo errado.

Quando um resumo merece confiança?

A confiança não precisa ser uma decisão tomada de uma vez por todas. Você pode concluir que o resumo representa corretamente a estrutura geral do documento, mas ainda não foi verificado quanto às responsabilidades financeiras. Pode aceitar os prazos que foram devidamente confirmados e, ao mesmo tempo, manter em aberto a questão da rescisão. Essa maneira de trabalhar é muito mais sensata do que atribuir uma única avaliação à resposta inteira: "boa" ou "ruim".

Também vale lembrar que o problema nem sempre está no modelo. Às vezes, o documento está ilegível, apresenta páginas ausentes ou faz referência a um anexo que não foi fornecido. Também pode acontecer de duas partes do contrato parecerem estabelecer regras diferentes. Nesses casos, mesmo um resumo muito cuidadoso não deveria fingir que a ambiguidade foi resolvida. Deveria destacá-la. A resposta "não é possível determinar isso de maneira inequívoca com base no material fornecido" pode ser muito mais valiosa do que uma afirmação confiante que soa maravilhosa, mas não tem fundamento suficiente.

Decisões de grande impacto exigem atenção especial: assumir uma obrigação por vários anos, aceitar responsabilidade por valores elevados, compartilhar dados sensíveis ou abrir mão de determinados direitos. Nessas situações, a conferência da fonte e uma consulta adequada a um especialista não representam exagero. Fazem parte do custo de tomar uma decisão responsável. Nenhum livro de orientação ou modelo de linguagem substitui a análise de uma situação jurídica concreta.

Um bom resumo, portanto, é o começo de um processo sensato, não seu encerramento solene. Ele pode economizar tempo, ajudar a definir prioridades e indicar pontos que merecem atenção. Porém, precisa permitir a distinção entre uma informação confirmada e uma suposição, assim como entre uma regra geral e uma condição que limita sua aplicação.

Na próxima vez que receber da IA um resumo lindamente organizado, você não precisará reagir com a desconfiança de um detetive interrogando uma cláusula suspeita. Basta escolher uma afirmação importante e verificar se o documento realmente diz a mesma coisa. Depois de

algumas conferências desse tipo, você perceberá rapidamente que a confiabilidade de um resumo não depende de sua aparência. Depende da possibilidade de verificar aquilo que ele afirma.

E aqueles cinco tópicos elegantes? Continuam podendo ser extremamente úteis. Desde que o sexto tópico, invisível, não diga: “Tudo o que foi mencionado acima se aplica, salvo disposição contratual em contrário”.

Capítulo 2 - Onde a exceção desaparece: anatomia de uma omissão inocente

A frase mais suspeita de muitos contratos não começa com um aviso ameaçador nem aparece escrita em letras maiúsculas. Frequentemente, ela soa perfeitamente tranquila: “As disposições do primeiro parágrafo não se aplicam nos casos de...”. Em seguida, surgem algumas palavras capazes de alterar o significado de toda a página anterior. O leitor que conseguiu chegar até ali tem todo o direito de se sentir pessoalmente atacado pela pontuação. Primeiro, recebeu uma regra clara. Agora descobre que essa regra apareceu para a reunião acompanhada de seu próprio departamento de exceções.

Na linguagem contratual, porém, uma exceção não é um elemento decorativo. Ela pode indicar quando determinado direito não existe, quando uma obrigação é limitada, quais condições adicionais precisam ser cumpridas ou quem assume a responsabilidade em determinada situação. Muitas vezes, é justamente nesse ponto que se encontra a informação decisiva para compreender o verdadeiro alcance de um compromisso.

A inteligência artificial pode tratar esse trecho como um detalhe, especialmente quando você solicita um resumo curto e geral. A regra principal normalmente é mais fácil de compreender e de apresentar em uma única frase. A exceção complica a explicação, exige esclarecimentos adicionais e, às vezes, faz referência a várias outras cláusulas. Do ponto de vista da concisão, ela é

inconveniente. Do ponto de vista de quem vai assinar o contrato, pode ser a informação mais importante.

Observe esta cláusula fictícia: “A contratante poderá exigir a correção dos defeitos no prazo de cinco dias úteis a partir da comunicação da ocorrência, exceto quando os defeitos resultarem de modificações realizadas por terceiros sem a autorização da contratada”. A IA apresenta a seguinte versão: “A contratada corrige os defeitos comunicados em até cinco dias úteis”.

A diferença só parece sutil para quem nunca precisou determinar quem é responsável por uma falha. A primeira frase descreve um direito da contratante, um prazo específico e uma exclusão relacionada à causa do defeito. A segunda transmite a impressão de que existe uma obrigação geral da contratada. Desaparece a natureza do acontecimento que determina a possibilidade de exercer o direito. A própria natureza da afirmação também muda: o direito de exigir a correção de um defeito foi apresentado como uma promessa incondicional de resultado.

É justamente por isso que omitir uma exceção não representa apenas um problema relacionado ao tamanho do resumo. Essa omissão pode modificar a estrutura lógica da obrigação.

Regra, condição e exclusão não são a mesma coisa

Para ler contratos corretamente, vale distinguir três elementos fundamentais. A regra estabelece o que, em princípio, é permitido, devido ou obrigatório. A condição indica o que precisa acontecer para que determinada disposição possa ser aplicada. A exclusão define as situações em que a regra deixa de ser aplicável ou passa a valer com um alcance diferente.

Esses elementos frequentemente aparecem juntos, mas nem sempre ficam próximos uns dos outros. A regra pode estar descrita na cláusula sobre remuneração, a condição pode aparecer na seção dedicada à aceitação dos serviços e a exclusão pode estar escondida nas disposições finais. O autor do documento provavelmente enxerga nisso um sistema lógico. Quem lê pela primeira vez vê mais uma espécie de caça ao tesouro, na qual o prêmio é descobrir o significado das próprias obrigações.

Suponha que um contrato estabeleça o pagamento de um bônus pela conclusão antecipada de um projeto. Na cláusula referente à remuneração, aparece a seguinte frase: “A contratada terá direito a uma remuneração adicional equivalente a dez por cento do valor do pedido caso conclua os trabalhos antes do prazo”. Parece bastante claro. Entretanto, na seção dedicada à aceitação, há uma informação determinando que a conclusão dos trabalhos significa a assinatura de um termo de recebimento sem ressalvas. Mais adiante, o documento estabelece que o bônus não será devido quando a conclusão antecipada decorrer da redução do escopo originalmente acordado.

Um resumo que diga apenas “A contratada receberá um bônus pela conclusão antecipada dos trabalhos” deixa de fora dois elementos que influenciam o direito ao pagamento. O primeiro é o significado do termo “conclusão”. O segundo é a exclusão relacionada à redução do escopo. A pessoa responsável pelo orçamento pode considerar o bônus praticamente garantido, embora o documento estabeleça um mecanismo mais exigente.

É exatamente aqui que se torna útil o hábito de fazer três perguntas: qual é a regra geral, do que depende sua aplicação e quando ela deixa de funcionar? Não é